



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO- BRASILEIRA - UNILAB**

Instituto de Humanidades e Letras

Bacharelado em Humanidades

Eliane Maisa Gomes

Sistema Educacional em Guiné-Bissau: gênero e cultura

REDENÇÃO – CE

2017

Sistema Educacional em Guiné-Bissau: gênero e cultura

Projeto da pesquisa de elaboração para conclusão de bacharelado em humanidades na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Instituto de Humanidades e Letras-IHL.

Orientador: Professor Drº Evaldo Ribeiro Oliveira.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo agradeço pela saúde, força que Deus me deu.

Agradeço à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), pela oportunidade dada em mi e pelo conhecimento adquiridos, presto um sincero agradecimento a toda minha família que de uma forma direta ou indireta sempre estiveram comigo nas orações, em especial à minha mãe Inaida Aurelia Gomes, pelo amor incondicional, apoios e incentivos que tem estado a me dar.

Agradeço aos meus avos Luísa Fernando Areia Sá e Bernardo Gomes pela educação que me deu, também agradeço muito os meus tios e a minhas tias em especial Ana Paula Gomes Correia.

Em especial, agradeço a orientação recebida do Professor Drº Evaldo Ribeiro Oliveira suas lições foram fundamentais para a investigação, sem as quais este trabalho não seria possível.

Ao meu padrinho Eudésio Eduím da Silva e também para os meus amigos/as pelas coragens.

MUITO OBRIGADA.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	05
JUSTIFICATIVA	08
REVISÃO DA LITERATURA:	09
METODOLOGIA.....	23
RESULTADOS ESPERADOS	24
CRONOGRAMA	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26

Introdução

Com a criação do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) que tinha como líder Amílcar Cabral, inicia-se a luta pela independência da Guiné Bissau que era chamada de Guiné Portuguesa. Em 24 de setembro de 1973 o país passou a ser independente do regime português, o PAIGC passou a liderar o país e tornou o estado guineense socialista. (Djalo,2005)

Administrativamente, o país é constituído por oito (8) regiões e setor autônomo de Bissau, capital do país; cada região administrativa é constituída por sectores, sendo estes por sua vez, constituídos por secções. O clima do país é tropical com duas estações climáticas: estação de seca que vai de novembro a abril e estação chuvosa que se estende de maio a outubro segundo Scantamburlo (2013) no intervalo de 1979 á 2009 a população guineense é de 1.520.830 em todo território nacional.

O sistema educacional pós independência é o nosso objetivo de estudo. Partindo de que o sistema educativo do país está enfrentando dificuldades, neste sentido, a interesse de fazer este trabalho visa compreender quais são os fatores que interfere no sistema educativo do país, ou seja, que impedem o seu desenvolvimento. Com este projeto pretendemos refletir sobre as produções de alguns trabalhos voltados para o sistema educacional e algumas condições em Guiné-Bissau, tomando como base a reflexão nas pesquisas de: Furtado (2005); Cá (1999); Moreira (2006); Augel (2007); dentre outros, para melhor compreender o sistema educativo guineense.

Tratar da história recente da Guiné-Bissau e mais de trinta anos de independência, é na realidade descrever de um Estado com muitas dificuldades em se tornar estável, fruto de sucessivos golpes e conflitos causadores de instabilidade política que se caracteriza numa economia frágil e numa sociedade fragilizada por anos de falta de paz e de perspectivas de futuro. No entanto, os conflitos políticos não se replicam na sociedade guineense que é pacífica e extremamente hospitaleira, recebendo qualquer pessoa que ali chega com um sorriso e um brilho no olhar que nos marca para sempre. (BENZINHO & ROSA, 2015)

Por isso, falar da história da Guiné-Bissau é também falar das pessoas e da sua generosidade, da sua riqueza étnica, da sua diversidade cultural, do seu potencial turístico e das belezas naturais, embora essas potencialidades que país detém como é relato pôr os visitantes que ali passam, mas muito dos pesquisadores afirma que o país é extremamente

pobre. No olhar desses pesquisadores o país deve apostar na educação, pois ela é o caminho para desenvolvimento de qualquer país. Vale salientar de que a educação do país ainda está na sua fase embrionário. Ou seja, período recente da independência a educação era da responsabilidade única e exclusiva do Estado, através do Ministério da Educação Nacional.

Para Moreira (2006, p.24) ministério responsável a educação é o Ministério da Educação Nacional (MEN) é o departamento governamental que tem a seu cargo a definição da política nacional da educação, alfabetização, ensino técnico, formação profissional e pesquisa. A ação do MEN desenvolve-se no âmbito das administrações central e local e tem por fim promover a criação e correto funcionamento de um sistema nacional da Educação e Formação segundo as necessidades do desenvolvimento global do país. Segundo Furtado (2013, p. 68)

Um sistema educativo é uma peça fundamental da administração educativa e tem como missão materializar uma política ou políticas educativas... O sistema educativo é, fundamentalmente, um sistema orientado para transformar os cidadãos mediante desenvolvimento de valores, de uma cultura, de uma gama de aptidões profissionais que contribuam não só para facilitar a sua inserção sócio-profissional e ajudá-lo a evoluir, social, política e economicamente, mas que contribuam também para preservar e transformar a sociedade.

Sabemos que a colonização dos europeus no país é de exploração a educação que tinha não corresponde com a realidade guineense, e também não era para os nativos, os nativos que conseguiam essa educação são minoria principalmente os que assimilavam/submetiam a eles. Neste sentido que Cá (2005, p.47) realça que:

Este sistema de ensino herdado do colonialismo conduzia a formação de uma pequena elite, não só com uma mentalidade individualista, como também distante da realidade do país onde a maioria da população era camponesa. É neste sentido que, primeiros anos da independência, o governo da Guiné-Bissau iniciou a transformação do sistema educacional herdado do colonialismo, implementando um outro que coadunasse com realidade do país.

Mas, apesar de tudo isso, nos primeiros anos de independência o ensino guineense cresceu muito tanto qualitativa como quantitativa, embora no decorrer do tempo até os dias atuais os governantes estão trabalhando em prol do desenvolvimento educação para todos. De acordo com Cá (2005) em 1975 o país passou a ser considerado um dos países africano com maior percentagem de população escolar. Pois a maior parte da população

era analfabetos, e não tinha os quadros para sustentar este progresso, com tempo aparece muito obstáculo que são necessários para ter uma boa educação. Para Mees (2009) apud Barreto (2012)

São necessárias mudanças no contexto económico e político e na administração pública da educação...Este contexto condiciona, desde logo, a disponibilidade do orçamento indispensável e o funcionamento estável, competente e organizado da administração pública da educação, a nível central, regional e local. Perspectiva sistémica na política docente...é importante agir simultaneamente nos fatores que contribuem para que os professores sejam competentes, estejam motivados para o desempenho profissional e disponham dos meios que possibilitam o desempenho conducente a aprendizagem dos alunos (MEES,2009: p.153)

Pois as motivações são fracas por vários motivos principalmente falta de salário, isto leve as docentes muitas das vezes não pensar na qualidade do ensino dada pelo aluno, mas sim uma solução para sua sobrevivência isto faz com que os docentes procurem trabalharem mais no outro campo ou nas instituições privadas, muitas das vezes isso influência na formação das docentes como dos seus alunos. Enquanto administração pública da educação não tem recursos financeiros para que possa exigir dos docentes, os sistemas de aprendizagem vão continuar na mesma.

Justificativa

Desde infância sempre pensava de maneira que eu poderia contribuir perante o desafio de desenvolvimento do país, vale referir de que na altura, o pensamento estava voltado ao sistema de saúde porque era de péssima qualidade. Porém anos mais tarde, quando cheguei na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), a minha visão é direcionada ao sistema educacional da Guiné-Bissau devido as aprendizagens e conhecimentos adquiridos no curso de bacharelado em humanidades, (BHU). Sendo assim, comecei a gostar e me interessar pela história de educação guineense pós-independência.

Nesta perspectiva, realizei a escolha pela política educacional de Guine Bissau no período pós independência como objeto a ser estudado durante esta pesquisa. Deste modo é importante conhecer como é organizado a educação guineense, quais os principais entraves para melhor qualidade, quais os avanços e sucessos, do ensino guineense desde a pós-independência até os dias atuais, e como podemos propor ações para avanços e melhorias.

Desta forma, espero também que, com esta pesquisa podemos pensar a educação a partir da nossa realidade, com as estratégias de fazer das escolas instituídas nessa realidade espaços de direitos do setor popular para apropriação e desenvolvimento do conhecimento produzido socialmente ou culturalmente para satisfazer das suas necessidades de vida.

Ao estudar sobre a educação de um país é preciso e necessário abordar sobre contextos políticos, históricos, econômicos, culturais, e quiçá, étnicos, de determinados países, culturas e sociedades. Desta forma, para estudar o problema desta pesquisa é fundamental apresenta, falar da evolução do sistema educacional em Guiné-Bissau delimitará para melhor compreensão, o período de pós-independência na Guiné-Bissau, ou melhor, nos anos de 1975-2012.

Tal ação se faz necessária, pois depois de independência, na reorganização do país, a educação apresentou avanços e retrocessos, decorrentes dos contextos políticos, históricos, econômicos e culturais, são necessários problematizar estes contextos.

REVISÃO DA LITERATURA: Condições socioeconômicas e diversidades culturais

Sabemos de que a educação tem sido alvo de diversas ações a nível mundial, quer por parte dos governos nacionais, quer das instituições internacionais. Sempre este setor apresenta ainda desafios de diferentes naturezas, nem sempre visíveis na análise dos números divulgados por diferentes organismos no que diz respeito à evolução do acesso à educação. No nosso caso específico que é da Guiné-Bissau, importa realmente realçar as dificuldades de acesso ao ensino por parte de algumas comunidades que vivem nas regiões rurais do país e também do capital. Antes de entrar em detalhe em evolução da educação pós independência é preciso saber o que aconteceu de realmente que faz com que a política educacional sempre foi penalizada, o autor mostra como os dirigentes deparavam com as situações encontrado no país pós independência:

Os novos dirigentes depararam-se com graves dificuldades associadas à situação de abandono do quadro da administração, essencialmente devido à saída dos cabo-verdianos no momento da independência, a um praticamente inexistente quadro de recursos humanos qualificados nos vários domínios e a uma população maioritariamente analfabeta (99%). Nestas condições muitos erros foram cometidos no que remete às estratégias de desenvolvimento: nacionalização das empresas comerciais portuguesas, numa altura em que o Estado não tinha capacidades financeiras nem humanas para geri-las; realização de empreendimentos industriais sob redimensionados com tecnologia avançada e muitas vezes sem responder às necessidades básicas da população, sem dispor de mão-de-obra preparada para fazê-los funcionar e meios para adquirir matérias-primas; desprezo pela produção agrícola que, para além de poder ter sido auto-suficiente para a própria população poderia ter servido para a realização de exportações e para a dinamização da economia, o que não foi possível devido à falta de incentivo e investimento na mesma.(CAETANO, 2012 p.70).

Ora esta situação que os antigos dirigentes deparavam na época não é só por abandono da admiração, mas sim por revoltar contra os cabo-verdianos, porque nas visões dos guineenses era o outro tipo de colonização por parte dos cabo-verdianos, sabemos que os cabo-verdianos são privilegiados por portugueses e portugueses colocaram eles para dirigir os postos públicos do país, pois os cabo-verdianos tinham nível de escolaridade superior ao guineense.

No período colonial o ensino básico era para minoria dos guineenses, ou seja, aqueles que aceitavam a assimilação portuguesa, nesta ótica pode-se perceber de que a educação colonial deixou o país com elevada taxa de analfabetismo. Fato que causou falta de quadros que têm a formação profissional para assumir a direção do país após a independência e até a data o governo guineense está a alutar para ter o ensino de qualidade para todos e como também com a finalidade de liquidar a maior percentagem dos analfabetos no país. O principal problema de política educacional de todo país não é problema das ideias, mas sim problema político e socioeconômico que o país se encontra. Em nosso caso estes problemas precisam ser debatidos ainda em todo contexto educativo.

É necessário dizer de que não tem como falar da educação sem abordar a sociedade da educação que está sendo abordada, sem dúvida não pode separar a educação e a sociedade, porque ambas relacionam, ou seja, a educação e sociedade são intrínsecos: a sociedade pode mudar a educação e como também a educação pode contribuir para melhoria da sociedade, nesta perspectiva que os governos guineenses estão lutando para ter um ensino de qualidade.

A Guiné-Bissau é um país com população muito jovens que sonham para um futuro melhor, mas os desafios encontrados dentro da sociedade muitas das vezes não corresponde com as expectativas dos jovens. A sociedade guineense que está organizada/composto por diversos grupos étnicos e cada esse grupo tem a sua cultura e seus valores. Entretanto é preciso falar da sociedade assim para entender melhor a questões do sistema educacional.

Em consonância com Caetano (2012) a sociedade guineense é marcada por uma estrutura social fortemente heterogénea relacionada com a existência de uma multiplicidade de etnias e, com estas, uma variedade de culturas, hábitos, línguas, tradições, e dentro desta mesma sociedade existe três grupos religiosos distintos: os animistas (indígenas africanos), os muçulmanos (influência árabe) e os cristianizados (influência europeia), todos eles se vivem num mesmo território da Guiné-Bissau com alguns interesse individual para luta de classe, mas sempre vivem em harmonia para o bem comum. (CAETANO, 2012).

Com a modernização a sociedade guineense que é muito tradicional, muitas etnias estão perdendo os seus costumes e muitos dos jovens migraram de tradicional para um

contexto moderno implica um novo modo de vida, novos hábitos e rotinas, e novo método de trabalho. (PINTO, 2009, p.26)

As heranças culturais na Guiné-Bissau são bastante ricas e diversificadas, tanto no seu aspecto linguístico como na música, dança, artesanato e outras manifestações culturais. A língua nacional é o crioulo, sendo o português a língua oficial e de comunicação com o exterior. Existem outros idiomas nativos. De acordo com Caetano (2012, p. 77)

Esta diversidade cultural e social acarreta duas consequências distintas: por um lado, sabemos que esta diversidade é positiva pois enriquece e engrandece a cultura do povo guineense; contudo, por outro lado, assume também um papel de desunião entre a sociedade, já que é frequente assistir-se à disputa entre etnias em vários aspetos como por exemplo: o aspeto territorial – o chamado domínio do “chão” - e o aspeto político, nomeadamente quando se fala em balantização do Estado.

Dentro desta diversidade podemos destacar também a contribuição das etnias que fazem parte da sociedade guineense no crescimento econômico e social do país. Segundo Augel, (2007. p.77-78)

A base econômica era e continua sendo, essencialmente, uma produção agrícola e agropecuária de subsistência. O excedente da produção de cada etnia – o vinho de palma dos Mandjaco, o arroz dos Balanta, os artesanatos dos Fula, os tecidos dos Mandinga – era geralmente trocado por outros produtos. Essa interdependência iria provocar efeitos não só no plano econômico, mas também político e cultural como, por exemplo, a resistência das etnias animistas e comunitárias do Atlântico face a dominação e influência das etnias do interior.

A principal fonte economia da Guiné-Bissau são agricultura, pesca e exportação de castanha de caju. Após a independência a agricultura é menos produtivo, porque houve uma emigração para cidade por parte da maioria da população que habitam no interior, a situação presente até hoje, devido falta de descentralização da administração pública, ou seja, maioria das instituições da administração estatal está lotada em Bissau, capital do país. Para Caetano (2012) a principal e mais importante produção guineense é o caju, produto responsável por 98% das receitas das exportações e 17% das receitas fiscais derivadas dessa cultura, pois o país não tem a fábrica para transformar o produto, e o preço de castanha de caju é muito baixa isso facilita os comerciantes a ter mais lucros se exportar para o exterior. Sabemos que a alimentação básica dos guineenses é o arroz que

é também a fonte econômica do país, mas o arroz produzido em Guiné-Bissau é menos consumido pelas populações locais. Este arroz ou muitos do alimento produzido no país são consumidos por populações de zonas rurais do que das zonas urbana da Guiné-Bissau principalmente no capital, outra receita da economia é pesca que são explorados clandestinamente por outros países. Segundo Caetano (2015. p. 73):

As receitas vindas da pesca também desempenham um papel importante na economia guineense já que a sua zona costeira é composta por águas com alguns dos mais elevados níveis de produtividade primária do mundo... questão da melhoria das infraestruturas - pós captura do pescado – é fundamental melhorar a capacidade de fiscalização e vigilância do Ministério da pesca, assim como de regulamentação e concessão de licenças, pois assiste-se à predominância de pescadores estrangeiros artesanais e industriais que capturam o pescado fora do controlo das autoridades da pesca.

Com todo o investimento que o estado fez até então a situação econômica continua precária e o principal causa são falta de fiscalização/controle e também a falta de infraestrutura. A economia é o principal recurso para o desenvolvimento de todo setores públicos assim como os privados de um país, podemos ver a situação de Guiné-Bissau neste estado que até hoje a situação do ensino como as reformas, mas ainda continua a ser afetado por crescimento econômico. Ou seja, o estado investe muito pouco no setor da educação, devido pouco recurso financeiro para sustentar o seu orçamento geral de estado. (Cá, 2015, p.32)

Para o Furtado (2005) a economia guineense cresceu de 5,6% em 1987 e de 9,6% em 1989, o governante guineense recorre ao financiamento através do FMI/BM e com a anuência de alguns doadores multilaterais e bilaterais, isso faz com que o país adotou novo moeda (FCFA) e novos produtos alimentício e não só dos países estrangeiros. Para o governo guineense este era a meta para o desenvolvimento econômico, vale afirmar de que segundo após adesão do país em (FCFA) a economia da Guiné-Bissau teve um avanço satisfatório, mas só que em 1989 isso passou a ser a maior problema para o estado como para a população. Porque o país contrariou as dívidas externas que causou o declínio da economia.

Os indicadores econômicos e social que geralmente são usados para avaliar os países segundo seu desenvolvimento atestam claramente a difícil situação em que a Guiné-Bissau se encontra, com 87% da população vivendo com menos de um dólar por dia. O rendimento per

capita era de 233,9 dólares americana em 1994, caindo para 192 dólares em 2002. Os salários são extremamente baixos, pagos além do mais com grande irregularidade. Com um salário médio mensal, no serviço público, ... a maior parte dos guineenses não tem condições de adquirir no fim do mês mais do que um saco de 50 quilo de arroz. Existe uma grande falta de quadros qualificados para o desenvolvimento do país, o qual, ao mesmo tempo, não oferece perspectivas profissionais para os indivíduos por falta de empregos e atividades nos setores secundário e terciário. (AUGEL, 2007, p.72).

Com todas estas condições econômico, social e cultural a população da sociedade guineense continua a buscar o melhor caminho para a sua sobrevivência e agora os valores étnicos de cada etnia estão a desaparecer, por causa das interações dos grupos étnicos, as famílias são obrigadas a assumir os encargos dos setores sociais num contexto de crescente descapitalização do Estado, a população usa um idioma majoritário, que é o crioulo, ou língua guineense, que é falado por aqueles que vivem na capital e nos centros urbanos, embora conservem a língua autóctone, da própria etnia, como o principal veículo de comunicação.

Pois o crioulo é mais usado por uma sociedade cujos membros, geralmente, cristãos, são mais escolarizados, mais ocidentalizados e assimilados aos hábitos introduzidos pelo poder colonial. E que sempre foram ligados à estrutura estatal e dominam os postos-chaves do governo. Augel (2007, P. 81.)

A Guiné-Bissau, como um país autónomo, tem apresentado grandes dificuldades em levantar sua economia, com grande destaque para o balanço comercial que afeta a credibilidade do país, visto que o valor da dívida externa é muito elevado, com todo este anos o fracasso no desempenho económico, o país continuou a depender da ajuda externa, porque o país precisa resolver muitos problemas como: o sistema educacional precário, a péssima infraestrutura, a falta de energia no país e até de água canalizada para a população, a elevada taxa de migração, os atrasos do pagamento dos funcionários públicos, que é um problema crónico e provoca tensões sociais permanentes, bem como outros fatores negativos que não dá para mencionar tudo, muitos dos pesquisadores e a população acredita que são golpes do estado, e instabilidade política que faz com que o país está nestas condições até hoje.

A instabilidade política na Guiné-Bissau após a independência

Depois da independência da Guiné-Bissau, Luiz Cabral assumiu a presidência do país, mas não durou por muito tempo, por causa de golpe de estado em 1980 por movimento reajustador que teve como seu líder João Bernardo Vieira (Nino Vieira) por muito tempo. No período da governação do Vieira a violência e falta de estabilidade a situação vigente no regime anterior e como também até presente data não foram ultrapassados. Embora Nino Vieira tentou tirar o país das dificuldades herdadas e que fato que permitiu para que ele seja vencedor de primeira eleição presidencial realizada no país, concretamente em 1994 e permanece no poder até 1999, que durou mais de 10 anos de governação absoluta. Arnaldo Sucuma afirma que:

Em 1998, o país se envolveu num conflito político-militar de 07 de junho, foi um duelo entre o presidente João Bernardo Vieira, com o então Chefe de Estado Maior, general de forças armadas, Ansumane Mané, que morreu em 2001. Foi um conflito que afetou negativamente o país em diferentes esferas: política, econômica, social entre outras, cuja consequência ainda é perceptível até data presente. A intervenção dos militares nas questões políticas governamentais é muito forte e constitui um fator que gera instabilidade política para o país. Vale salientar que os políticos são os principais instigadores de instabilidade política na Guiné. (SUCUMA 2013, p.41)

Com efeito, o conflito político-militar de 1998 colocou em risco todos os avanços conseguidos antes e agravou a situação por si que já é precária dos setores sociais entre outros setores.

E na busca desse cenário democrática e de estabilidade política foi interrompido mais uma vez, o mandato de Kumba Ialá em 2003 por um golpe militar que foi uma situação de extrema importância para a evolução educacional. Porque neste mandato o ano letivo foi nulo, por causa de não pagamento dos professores e também de falta de material para o trabalho dos docentes na sala de aula.

A instabilidade governamental do período da presidência de Kumba Yalá (2000/2003) esteve marcada por um progressivo agravamento da crise econômica e política do país. Neste período de governação as escolas não conseguiram finalizar os anos letivos, por falta de pagamentos aos professores, os anos letivos limitaram-se aos meses iniciais e pouco mais. Tal como os professores, os funcionários públicos raramente receberam os seus salários durante estes três anos. (Azevedo-harman, 2009, p. 19).

Neste mesmo ano, foi criado um novo governo e a nomeação de um presidente, ambos de transição política. Por sua vez, assegurou a gestão e a realização das eleições legislativas do País em março de 2004.

Em 2005, foi o regresso de Nino Vieira à Guiné onde se candidatou para as eleições e foi eleito novamente presidente da República. Já em 2009, começou novamente o golpe que terminou com assassinato do presidente na sua residência que até hoje não foi esclarecido para população. Cá (2015, p.29). Com toda esta situação podemos perceber que a fragilidades políticas que o Estado da Guiné-Bissau tem enfrentado após a sua independência política tem dificultado bastante a construção de um plano estratégico de longo prazo para o ensino, bem como o pleno desenvolvimento efetivo das instituições do Ensino público e privados.

O país passou a ser uma país de instabilidade política constante, que afetou toda área principalmente do ensino, até hoje setor da educação não pode funcionar de acordo com as diretrizes traçadas pelos governos anteriores. Apesar de todos esses conflitos, o país continuo a receber muitas ajudas internacionais, principalmente para área de educação, que teve como parceiros ONGs, instituições privadas, a igreja católica etc. Sanhá (2014, p. 45)

É importante dizer de que a priori as ONGs são, em termos legais, classificadas como associações, mas, há um decreto versa sobre as mesmas, resolveu tratar-se deste tipo de estruturas como uma categoria em si mesmo. Nesse sentido, são ONGS no âmbito do quadro jurídico guineense, pessoas coletivas de direito privado, de livre criação, apartidárias e com fim não lucrativo. São organizações voluntárias que têm por objetivo contribuir para a melhoria das condições de vida das comunidades locais e a promoção da participação destas no desenvolvimento socioeconómico.

Estruturação do sistema educativo na Guiné-Bissau

Segundo Moreira (2006, p.25) a estrutura atual do sistema educativo compreende duas vertentes: formal e não formal; cinco níveis de ensino, a saber: 1) ensino pré-escolar, 2) ensino básico elementar e ensino básico complementar, 3) ensino secundário geral e ensino secundário complementar, 4) ensino técnico e profissional, e 5) ensino superior não universitário e ensino superior universitário.

O mesmo autor, apresenta que no sistema educativo formal se compõem as seguintes fases: o ensino pré-escolar que é destinado à criança de 3 a 6 anos e é opcional. No segundo fase se encontra o ensino básico elementar compreende as quatro primeiras classes / séries. É obrigatório e gratuito segundo os diplomas em vigor. Terceira fase o ensino básico complementar compreende as quinta e sexta classe / série. Quarta fase é o ensino secundário compreende duas principais vias: o ensino secundário geral e o ensino técnico e profissional. Por última fase que é o ensino técnico e profissional. (MOREIRA, 2006, p.25).

Cá (1999, p.89) vai afirmar que em Guiné-Bissau “o ensino básico era universal, obrigatório e gratuito com a duração de 6 anos. A sua finalidade principal era fomentar e assegurar um conjunto de conhecimentos, valores e experiências que permitissem a cada jovem participar da vida social e econômica”.

O governo guineense adotou o sistema de ensino que é educação formal, Lopes (2014) mostra o crescimento desse ensino dentro da sociedade guineense.

O universo estudantil tem aumentado significativamente nos diferentes níveis de ensino a partir do ano letivo 1999/2000 a 2009/2010, excetuando o caso da educação pré-escolar que sofre uma diminuição de número de crianças matriculadas entre os anos letivos 2005/2006 a 2009/2010. Na educação pré-escolar entre 1999/2000 e 2005/2006 houve um aumento de 6574 crianças matriculadas, mas entre 2005/2006 a 2009/2010 verifica-se uma diminuição de 1689 a 2179 crianças matriculadas nesse ciclo de ensino. No ensino básico o número de alunos foi sempre aumentando nesse período de 10 anos. Entre 1999/2000 e 2005/2006 houve um aumento de 118152 alunos matriculados e entre 2005/2006 e 2009/2010 houve um aumento de 19451 a 66723 alunos matriculados nesse nível de ensino. No ensino secundário o número de alunos foi sempre aumentado, podendo-se verificar que entre 1999/2000 e 2005/2006 houve um aumento de 25922 alunos matriculados e entre 2005/2006 e 2009/2010 houve um aumento de 23757 a 23827 alunos matriculados. (LOPES, 2014, p. 13).

Apesar deste crescimento pode perceber que esse crescimento não se deu de forma qualitativa porque o tipo de ensino é frágil com má formação dos docentes, com sucessivas greves que cada o ano letivo enfrenta, atraso de pagamento de salário aos profissionais da área de educação, e sem falar de infraestrutura que é muito precária, também muitas escolas não têm os materiais didáticos, ou seja, há escolas que funcionaram sem materiais didáticos, situação que leva cada docente procura o seu próprio material, fato que pode prejudicar a formação de qualidade dos alunos, uma vez que, o aluno acaba tendo uma formação fragmentada.

As qualidades de ensino não são boas e muitos alunos que frequentam a escola continuam a ter dificuldade de ler e de escrever. Embora com todas essas dificuldades, todavia vale dizer de que o ensino guineense progrediu muito principalmente no interior do país que tinha a percentagem das meninas nas escolas era fraca, devido à localização de escola que às vezes era muito longe das suas residências, faz com que muitas crianças não conseguiram frequentar a escola com frequência e também a falta dos professores, muita deles não tem uma formação pedagógica. Augel (2007, p. 72).

Em contraponto, Moreira (2006, p.25), afirma que a educação não formal, é contida da “alfabetização e educação de adultos, pelas escolas de outro tipo nomeadamente Madrassas Corânicas e as chamadas particulares de incidência urbana. Hoje se assiste no subsistema por impulsão das ONG um crescimento vertiginoso das escolas comunitárias”.

Já para o Caetano (2012, p. 103) a educação não-formal, caracteriza-se por conter uma filosofia de educação permanente, abrangendo todas as dimensões da ação educativa com o intuito de expandir os conhecimentos ou potencialidades dos seus destinatários, em complemento da formação formal ou em suprimento da que não puderam obter. As principais áreas que integra são: *a)* alfabetização de jovens e adultos; *b)* ações de aperfeiçoamento profissional; *c)* educação dirigida para ocupação criativa dos tempos livres; *d)* educação cívica²²¹.

Esta forma de ensino - não-formal – ocupa, atualmente, um lugar marginal no sistema educativo, tendo devido à reduzida quantidade de efetivos, docentes/formadores/animadores, como à baixa fatia orçamental dispensada para a mesma. Caetano (20012, p. 103)

Para o Furtado (2005) A educação formal distingue-se da educação não formal pelo facto daquela ser ministrada em instituições escolares, por um corpo estável de docentes, no quadro de um programa de estudos determinado. O processo educativo escolar é, antes de tudo, prática social e assim como a sociedade está sendo permanentemente construído no processo de vida do ser humano.

Moreira (2006) destaca sucintamente da escola Madrassas Corânicas na Guiné-Bissau. Esta é frequentada por criança da religião muçulmano onde eles\as aprende não só ler e escrever, mas sim, os mestres também ensinam as crianças a conhecerem os seus valores, costumes, culturas, historias etc.

No que tange a fatores religiosos, há que se destacar, neste caso, que na religião muçulmana, a escolarização se resume quando a criança sabe ler e escrever em Corão (língua árabe ensinada para os praticantes da religião muçulmana). O ensino do Corão vai até aos quatro primeiros anos na Guiné-Bissau. Esse ensino não nos permite dizer que quem é habilitado no Corão seja considerada como uma pessoa alfabetizada, pois não sabe ler e escrever em português; o censo escolar não levava em conta as pessoas alfabetizadas no Corão, até mesmo não se sabe se há professores formados para esse ensino. (MOREIRA, 2006.p.27).

Segunda maior população guineense é muçulmana, os que vivem no leste do país são mais predominante e de lá pode ver mais escolas madrassas corânica do que no capital, isso é por causa também de acesso a esta escola que não são muito por causa de alguma família que estão a perder os costumes islâmicos e também por falta de possibilidade de pôr os filhos estudar na escola madrassas corânica e ao mesmo tempo nas escolas públicas. Como sistema educacional guineense é formal, ou seja, a língua do ensino é a língua portuguesa e as crianças que estudam nas escolas madrassas corânica, uma vez que, estudam a questão relacionado com a religião acabam não sofrendo o processo de alfabetização, isto implica que os estudantes de escola madrassas corânica são analfabetos, isso obrigam os seus encarregados de educação os matricule nas escola que são ditas formais, ou melhor, nas escolas que eles podem estudar a língua portuguesa com intuito de saberem ler e escrever essa língua que é a língua oficial do país. Mas vale reafirmar de que os muçulmanos são segundo maior população guineense, porque não pensar instituição dessas escolas ou implementar alguns diretrizes no currículo escolar para todo guineense afim de conhecer mais os valores dessa população?

As escolas comunitárias, como complemento das instituições públicas, são um meio para a população superar parcialmente o problema da alfabetização e, conseqüentemente, da pobreza, promovendo e incentivando a sua participação e a concretização de objetivos comuns. Segundo Sanhá (2014) “as primeiras escolas comunitárias surgiram em meados do ano letivo de 1996-1997, na região sul da Guiné, concretamente nos setores de Cacine e de Cubucaré”. A escola tem como resposta à problemática da pobreza e do desenvolvimento das zonas rurais, porque o governo não conseguiu até hoje sustentar uma educação de qualidade para todos. O autor mostra a relevância de comunidade para o desenvolvimento educacional no país.

O envolvimento e participação da comunidade e dos parceiros no processo de ensino e aprendizagem é importante e fundamental, na medida em que permite que os membros da comunidade não se sintam afastados, mas sim, que se sintam parte da escola e livres para expressar as suas necessidades de conhecimento e informação que possibilitem a construção de uma capacidade conjunta para resolver os problemas da escola. (LOPES, 2004, apud CIRILO 2014, p. 31)

Já o Scantamburlo (2013) ele vai falar que:

Muitas das Escolas Comunitárias surgiram pela ajuda das ONGs, de Embaixadas e outras Instituições privadas: os professores são escolhidos pela Comunidade ou pela Instituição animadora e são pagos pelos “Pais e Encarregados de Educação:(...) O que é o mais interessante das Escolas Comunitárias é a “comparticipação da Comunidade”, as quais decidem comunitariamente de criar a Escola, de construir as salas de aula com material próprio e com material vindo da ajuda externa, e sobretudo comprometem-se de sustentar, gerir e controlar comunitariamente o funcionamento da Escola. (SCANTAMBURLO, 2013, p. 141).

Na escola comunitária, frequentada praticamente por todas crianças guineenses, pois é uma escola de confiança dos pais encarregado de educação e também das crianças, onde os pais mandam as suas crianças aprofundar mais no estudo, e nessa escola se encontra também as crianças que estuda nas escolas privadas, públicas.

Políticas de leis de bases

A criação de soluções para que o direito à educação seja uma realidade é uma responsabilidade partilhada entre o Estado, os organismos não governamentais e da sociedade civil, e as comunidades locais. Sanhá (2014, p.49) vai dizer que “A política é por sua natureza uma ação partilhada na busca do melhor à sociedade, do melhor bem comum desejado. Implica diálogo entre iguais e intercâmbio de ideias”. E antes da existência de Lei de Bases do sistema educativo da Guiné-Bissau que foi criada pelo governo liderado por Senhor Carlos Gomes Junior, que foi aprovado pela Assembleia Nacional Popular em Bissau, aos 21 dias do mês de maio de 2010.

Em setembro de 1990, a Cimeira Mundial sobre a Criança, realizada em Nova Iorque, conseguiu reunir Chefes de Estado e de Governo, líderes de vários países manifestaram-se em atingir um conjunto de Objetivos do Milênio para o Desenvolvimento (OMD), fixando assim, as metas que visassem aumentar a cobertura em termos de educação de base, alimentando fortes esperanças para milhões de crianças em todo o mundo. As metas fixadas apontavam para a universalização do acesso à educação de base até 2000 (UNESCO, 2000). No mesmo ano, realizou-se em Jomtien, Tailândia, a Conferência Mundial sobre EPT, com o objetivo de: a) erradicar a pobreza extrema e a fome; b) atingir o ensino básico universal; c) promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; d) reduzir a mortalidade infantil; e) melhorar a saúde materna; f) combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças; g) garantir a sustentabilidade ambiental e h) estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento. A meta estabelecida para atingir o OMD foi definida como 2015. A Guiné constatou logo o atraso no alcance desta, pois os progressos são considerados poucos e a própria melhoria no sistema educativo é ainda precária. Sendo assim, foi alargado o prazo para 2020. Também houveram outros países na mesma situação confirmados no atraso para o alcance (CRUZ, 2011, p. 29 apud CÁ,2015, p.45).

Depois desse acordo aprovado pelo governo guineense, a assembleia nacional popular (ANP) aprovou também a lei de base em 2010 que foi encaminhada pelo presidente da República Malam Bacai Sanha onde promulgou através de um decreto presidencial que o artigo 85.º, n.º 1, c) da Constituição da República, ou seja, a presente lei entra em vigor noventa (90) dias após a sua publicação no Boletim Oficial da Guiné-Bissau e são estruturadas em oito capítulos, e com 66 artigos.

De acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo, publicado pelo Ministério da Educação Nacional, Cultura, Ciência, Juventude e dos Desportos da RGB (2010) No capítulo I temos Âmbito e princípio, capítulo II Da estrutura do sistema educativo, capítulo III Dos apoios e complementos educativos, capítulos IV Da administração do sistema educativo, capítulo V Dos recursos, capítulo VI Do enquadramento e avaliação do sistema educativo, capítulo VII Do ensino particular e por fim temos capítulo VIII Das disposições finais e transitória.

Lopes (2014, p. 80), menciona os participantes na elaboração dessa lei que são diferentes grupos sociais como professores, pais e encarregados de educação, várias ONG com intervenção no domínio da educação, associações comunitárias de base, alunos, ministros/governantes que exerceram cargos na educação, especialistas em educação, padres das Igrejas Evangélica, Católica e Muçulmana; associação de escolas privadas, o Sindicato Nacional dos Professores (SINAPROF); o Sindicato Democrático dos Professores (SINDEPROF), liceu João XXIII (uma escola da Igreja Católica), associação de pais e encarregados de educação, Unicef, Técnicos do Ministério da Educação, Diretores Gerais do Ministério da Educação e Diretores Regionais da Educação. Lopes (2014, p. 86), ele mostra a metodologia percorrido para elaboração de lei de base, o que dá para entender é que até nesse tempo atuais os profissionais não são capazes de elaborar o próprio lei sem a intervenção dos países internacional não só por causa de apoio financeiro, mas também não estão a fazer a observação em todo território nacional para conhecer mais a realidade vivida na outra sociedade.

O acesso à educação não é universal. Face à ausência de dados recentes e fidedignos referentes à educação, os que se apresentam reportam-se globalmente até 2006, partindo de projeções e cálculos das Nações Unidas e das equipas dos Ministérios da Educação, Finanças e Economia guineenses, do Banco Mundial e do Pólo de Dacar da UNESCO. Estima-se que, em 2005-2006, o acesso a uma escola do ensino básico era uma realidade para 76% de crianças, destas apenas 37% conseguiam chegar a uma escola de ensino secundário [7ª classe] e apenas 17% concluíam a 11ª classe.²¹ Em síntese, em 2006, uma em cada quatro crianças guineenses não conseguiam entrar numa escola e apenas 48% das crianças conseguiam concluir o ciclo de 6 anos obrigatórios no país. (FEC, 2011, p. 18).

Os sistemas de ensino da Guiné-Bissau precisam de muitas reformas, e alguns progressos foram registrado nesses últimos anos no setor da educação, mas ainda são de baixa qualidade do ensino. A qualidade do ensino é talvez das mais fraca no continente

africana, se o número dos professores com uma formação pedagógica e acadêmica é mínimo, como é que a vamos ter uma educação de qualidade? O professor para a nova sociedade em construção teria naturalmente que possuir conhecimentos, competências e aptidões que lhe permitissem não só leccionar, como participar na construção da nova sociedade, da nova escola, na definição e organização do novo sistema educativo e participar numa ação permanente de investigação-ação reflexão e contribuir para edificação do novo sistema educativo. Para além destas competências o docente teria também que reunir determinadas qualidades pessoais e sociais. Aliás, contava-se que o docente fosse também um dinamizador comunitário em colaboração com outros agentes. Furtado (2005, p. 404).

Metodologia

O presente projeto, enquadra-se nos caminhos metodológicos apresentados por Minayo (2007, p.44), ou seja, os caminhos a serem trilhados serão realizados:

a) como a discussão epistemológica sobre o “caminho do pensamento” que o tema ou o objeto de investigação requer; b) como a apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação; c) e como a “criatividade do pesquisador”, ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta às indagações específicas.

Desta forma, o mesmo, referenciar-se no método qualitativo. Priorizando-se à análise qualitativa dos dados e não a quantitativa, sendo que, segundo Minayo (1999):

Os autores que seguem tal corrente [qualitativa] não se preocupam em quantificar, mas, sim, compreender e explicar a dinâmica das relações sociais que, por sua vez, são depositárias de crenças, valores, atitudes e hábitos. Trabalham com a vivência, com a experiência, com a continuidade e também com a compreensão das estruturas e instituições como resultado da ação humana objetiva. Ou seja, desse ponto de vista, a linguagem, as práticas e as coisas são inseparáveis. (MINAYO, 1999, p. 24)

Sendo assim, será realizada por meio de uma pesquisa bibliográfica, no qual buscaremos coletar muitas informações através dos artigos, monografias dissertação de mestrado, teses, e livros, e também análise documental da lei de Bases do sistema Educativo de Guiné-Bissau. Fizemos também uma exploração bibliográfica das várias temáticas, recorrendo à documentação disponível na Biblioteca de UNILAB, no Brasil.

Ao estudar a educação em um país é preciso tem em tela que a mesma é fruto dos contextos políticos, históricos, econômicos, culturais, e quiçá, étnicos, de determinados países, culturas e sociedades. Desta forma, para estudar o problema que esta pesquisa apresenta, a evolução do sistema educacional em Guiné-Bissau, delimitaremos para melhor compreensão, o período de pós independência na Guiné-Bissau nos anos de 1975-2012.

Tal ação se faz necessária, pois depois de independência, na reorganização do país, a educação apresentou avanços e retrocessos, decorrentes dos contextos políticos, históricos, econômicos, culturais.

Objetivo geral

Desta forma, o presente projeto de pesquisa, tem o seguinte objetivo compreender a evolução do sistema educacional em Guiné-Bissau a partir das condições históricas, socioeconômicas e culturais.

Objetivos Específicos.

- Entender como o processo político de construção e de aprovação da lei de bases do sistema educativo na Guiné-Bissau.
- Analisar as especificidades que afetam as evoluções do desenvolvimento educacional, também como se dá o processo de formação dos profissionais da área.
- Analisar a estruturação do ensino guineense após a independência.

RESULTADOS ESPERADOS

Propomos este tema, na expectativa de conhecer melhor o processo de sistema educativo. De outro lado, espera-se com esta pesquisa contribuir na educação guineense a partir da nossa realidade, ou seja, uma educação que leva em considerações os aspectos socioculturais do país e suas diversidades étnicas. Neste sentido, as escolas como instituições de ensino devem considerar esses aspectos como razão de promover direito de igualdade no setor para que o conhecimento desenvolvido nelas tanto culturalmente e como socialmente possam satisfazer as necessidades da sociedade e depois pensar no pesar no mercado mundial.

CRONOGRAMA DE ELABORAÇÃO DO TCC

Ação/Período	1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre	5º Semestre	6º Semestre
Levantamento Bibliográfico	X	X	X			
Elaboração Referencial Teórico e Metodológico		X	X			
Reunião de Orientação	X	X	X	X	X	X
Contato com os/as participantes			X	X		
Coleta de dados			X	X		
Análises Parciais				X		
Análises Finais					X	X
Elaboração Final do TCC						X

Referências bibliográficas

- Sucuma, Arnaldo. Estado e ensino superior na Guiné-Bissau 1974-2008. 2013
- AUGEL, Moema Parente. DESAFIOS DE ENSINO SUPERIOR NA ÁFRICA E NO BRASIL: A SITUAÇÃO DO ENSINO UNIVERSITÁRIO NA GUINÉ-BISSAU E A CONSTRUÇÃO DA GUINEIDADE. 2014,
- BARRETO, Maria Antónia. REFORMAS RECENTES NO SISTEMA EDUCATIVO DA GUINÉ-BISSAU: COMPROMISSO ENTRE A IDENTIDADE E A DEPENDÊNCIA. LISBOA, 21-23 de junho de 2012.
- CÁ, L.O. Política Educacional da Guiné-Bissau de 1975 a 1997. Campinas, SP: Dissertação - FE-Unicamp. 1999
- CÁ, Lourenço Ocuni. Perspectiva histórica da organização do sistema educacional da Guiné-Bissau, Campina SP: {s.n.}, 2005.
- Cá, Virgínia José Baptista, 1985- Língua e ensino em contexto de diversidade linguística e cultural: o caso de Guiné-Bissau / Virgínia José Baptista Cá - Belo Horizonte, 2015.
- CAETANO, Fara. “A cooperação portuguesa para o desenvolvimento na área da educação da Guiné-Bissau: impacto dos projetos”, Porto 2012.
- DJALO, M. *A Interferência Do Banco Mundial Na Guiné-Bissau: a dimensão da Educação Básica – 1980-2005*. Florianópolis, 2009.
- FEC,2011. A arma da esperança na Guiné-Bissau: EDUCAÇÃO PARA TODOS Contributo da Igreja Católica [2005-2007].
- FURTADO, A. B. R. *Administração e Gestão da Educação na Guiné-Bissau: Incoerências e Descontinuidades*. Universidade de Aveiro 2005
- GUINÉ-BISSAU. Ministério da Educação. *et al. Elementos do diagnóstico do sistema educativo (RENASSE): margem de manobra para o desenvolvimento do sistema educativo numa perspectiva de universalização do ensino básico e de redução da pobreza*. Relatório/UNESCO-BREDA, Bissau, 2013.
- Joana Benzinho e Marta Rosa. Guia Turístico: á descoberta da guinebissau,2015.
- HARMAN-Azevedo Elisabete. O SEMI PRESIDENCIALISMO NA GUINÉ-BISSAU: INOCENTE OU CULPADO DA INSTABILIDADE POLITICA; 2009.
- MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MINAYO, M.C.S. (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MOREIRA, Domingos. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALFABETIZAÇÃO DE MASSA NA GUINÉ-BISSAU: Dissertação de Mestrado. RIO DE JANEIRO – RJ 2006

PINTO, PAULA. TRADIÇÃO E MODERNIDADE NA GUINÉ-BISSAU: UMA PERSPECTIVA INTERPRETATIVA DO SUBDESENVOLVIMENTO. PORTO: 2009

REPUBLICA DA GUINÉ-BISSAU. Ministério da educação nacional, ciência, Juventude e dos Desportos: LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO, Bissau, 21 de maio 2010.

SANHÁ, Cirilo. DO ENSINO PÚBLICO AO ENSINO DE INICIATIVA COMUNITÁRIA (Análise do desenvolvimento e impacto das Escolas Comunitárias na Guiné-Bissau e as intervenções das ONGs FEC & PLAN). Florianópolis, 2014

SCANTAMBURLO, L. *O Léxico do Crioulo Guineense e as suas Relações com o Português: o Ensino Bilíngue Português-Crioulo Guineense*. Tese de doutorado. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa: 2013.